

Visões dos Agentes Da Polícia Sobre a Situação de Segurança Pública no Município do Lubango

Lubango Municipality Police Officers' Views On The Public Security Situation

Opinión de los Policías Del Municipio De Lubango Sobre La Situación De La Seguridad Pública

Vandraquel Sebastião de Fátima João¹

Serviços de Migração e Estrangeiros, Angola

vandrequeljoao2019@gmail.com

Felizardo Tchiengo Bartolomeu Costa²

Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola

Felizardo.costa@espbenago.ed.ao

Resumo

O presente artigo resulta de uma pesquisa maior, em que se pretendia tratar dos desafios da segurança pública em Angola, na província da Huíla, município do Lubango. Realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa, tendo a colecta sido feita por meio de inquérito por questionário. Utilizou-se uma amostra por conveniência. Participaram da pesquisa 30 agentes. Como principais conclusões, podemos avançar que para os agentes de segurança pública é possível reduzir a criminalidade melhorando a estrutura urbanística das cidades, pois a desorganização dos bairros periféricos intensifica a criminalidade e dificulta o patrulhamento, colocando em risco os próprios agentes.

Palavras-chave: Segurança pública, município do Lubango, Angola

Abstract

This article is the result of a larger research, which intended to address the challenges of public security in Angola, in the province of Huíla, municipality of Lubango. A quantitative approach was carried out, and the collection was carried out through a questionnaire survey. A convenience sample was used. Thirty agents participated in the survey. As main conclusions, we can advance that for public security agents it is possible to reduce crime by improving the urban structure of cities, since the disorganization of peripheral neighborhoods intensifies crime and makes patrolling difficult, putting the agents themselves at risk.

Keywords: Public Security, Lubango municipality, Angola

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación más amplia, que tuvo como objetivo abordar los desafíos de la seguridad pública en Angola, en la provincia de Huila, municipio de Lubango. Se realizó un abordaje cuantitativo, y la recolección se realizó a través de una encuesta tipo cuestionario. Se utilizó una muestra de conveniencia. Treinta agentes participaron en la encuesta. Como principales conclusiones podemos adelantar que para los agentes de seguridad pública es posible reducir la delincuencia mejorando la estructura urbana de las ciudades, ya que la desorganización de los barrios periféricos intensifica la delincuencia y dificulta el patrullaje, poniendo en riesgo a los propios agentes.

Palabras clave: Seguridad Pública, municipio de Lubango, Angola

¹Mestre. Oficial

²Doutor. Professor Auxiliar. Director Geral Adjunto para Assuntos Científicos e Pós-graduação.

Introdução

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa maior, em que se pretendia tratar dos desafios da segurança pública em Angola, mais especificamente, na província da Huíla, município do Lubango.

Aqui é apresentado apenas um pequeno recorte da pesquisa, que inicia pautada nos relatos oficiais e informais sobre o aumento da sensação de insegurança dos cidadãos habitantes daquele município.

Compreendemos igualmente que este estudo, pode representar uma contribuição na diminuição da ambiguidade existente na discussão entre segurança pública e ordem pública em Angola, servindo, deste modo, de subsídio para futuras pesquisas a realizar no campo da segurança pública em Angola e ainda, ajudar a melhorar as estratégias de segurança pública no município, facilitando o acesso à informação detalhada sobre aspectos sociais relacionados com a segurança, que favoreçam a criação de estratégias de segurança mais próximas do contexto em análise.

Segurança pública: um conceito difícil

Estabelecer o conceito de segurança pública oferece-nos algumas dificuldades. A primeira delas prende-se com a confusão que às vezes se faz com outro conceito, o de ordem pública. Contudo, neste trabalho, abraçamos o desafio de tentar, usando como suporte propostas de teóricos do campo, que nos oferecem um caminho menos ambíguo.

De acordo com Furtado (1997) a segurança pública prende-se com a questão da protecção de pessoas de determinadas comunidades e é responsabilidade de órgãos governamentais, tal protecção diz respeito, por um lado, à prevenção da criminalidade e da violência e por outro à garantia do exercício livre da cidadania e dentro dos limites legais.

Podemos depreender da opinião do autor que existem pelo menos três questões importantes a considerar ao abordamos a segurança pública:

- (1) A segurança tem a ver com a protecção de pessoas;
- (2) Ela é primeiramente responsabilidade do estado, por meio da Polícia, Forças Armadas, justiça, entre outros;
- (3) Deve promover o exercício livre da cidadania.

Para a filósofa Marilenena Chauí (2007), a segurança pública antes de tudo é um direito, tal qual a liberdade de expressão, trabalho e emprego, a escolha de representantes, etc. Ela está também atrelada a aspectos sociais e culturais criando, portanto, uma interdependência com os direitos humanos.

Podemos destacar com base nesta autora que o essencial ao se falar de segurança pública é que ela é direito e como tal, deve ser garantido indiscriminadamente a todo cidadão.

Elege-se, por contraposição ao entendimento do que seja Segurança algumas noções daquilo que para o senso comum significa insegurança: estado de precariedade e medo; desesperança; auto-constrangimento; incerteza, receio do desconhecido. Daí o enorme peso dos factores subjectivos. Nesta análise considera-se a importância que assume cada vez mais o sentimento de insegurança, nota-se como esse se alimenta das crises concretas do dia a dia, da delinquência, e também de ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo das chamadas incivildades (Cotta, 2005, p. 2).

Para Pessoa (1971) “Segurança Pública é o estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei das contravenções (p.7)”.

Vale notar a percepção diferenciada de Pessoa (1971) quanto à questão, diferente dos outros, ele desloca a sua preocupação do Estado para o indivíduo, contudo, temos em comum nas várias definições, alguns elementos que se destacam ao se abordar a segurança pública, (1) ela é um direito e por conseguinte é garantida constitucionalmente, sendo dever do Estado oferecê-la aos cidadãos; (2) diz respeito à questão da legalidade, também garantida por lei, aquilo que se considerar delito ou acto ilícito estará, portanto, a atropelar os preceitos da segurança pública, infringindo inclusive os códigos penais comuns e leis vigentes.

Soares (2003) sugere que a segurança pública é relevante para todos os grupos sociais, sejam eles grupos populares, classe média, ou elites, por esta razão, os políticos também a têm em alta consideração, de tal maneira, que seja elevada a um assunto prioritário da agenda política.

Podemos dizer deste modo que a segurança é uma preocupação de todos, não sendo, portanto, privilégio de determinado grupo social. Se por um lado a elite pretende

proteger suas propriedades, os pobres, despossuídos desejam proteger ao menos a sua vida e é justamente este o espaço do Estado, como aquele que se vai responsabilizar para que este bem seja distribuído de forma equânime e sem prejuízo à comunidade, portanto, a garantia da segurança pública é responsabilidade do Estado que recebe da população, por meio de processos legais, como as eleições, o direito de actuar como representante do povo.

Insegurança versus Segurança

No senso comum, ao falarmos sobre segurança, sempre a colocamos como opositora de insegurança. Esta última tende a apresentar-se como indicativo de perigo, ou de situação potencialmente perigosa e portanto que deve ser evitada a todo custo. Deste modo, segundo Cotta (2005):

Estreitamente associadas com o termo insegurança, aparecem sistematicamente as palavras perigo e risco que, na linguagem vulgar, são tomadas como sinónimos. Os significados de risco confundem-se: estudo dos perigos; inventário das rupturas possíveis; recensão dos problemas; identificação das vulnerabilidades (p. 4).

O mesmo autor coloca-nos diante de um dilema do contemporâneo, ao chamar atenção para o facto de que o risco e a insegurança diferente do que se possa pensar nem sempre são evitáveis. Podem haver na sociedade, pelo contrário, em alguns casos, parece haver por parte de algumas pessoas uma busca incessante do risco, na medida em que certas formas de entretenimento perigosas, muitas vezes ganham notoriedade, ou seja as actividades antes consideradas perigosas são ressignificadas, sobretudo pelos jovens:

Uma outra *sociologia do risco* relaciona-se antes com o significado das actividades empreendidas pelos atores sociais na sua vida pessoal e profissional, os seus divertimentos, para irem ao encontro do risco ou para se protegerem dele. Desde finais dos anos sessenta, certas actividades com mais ou menos elevado grau de risco conhecem um sucesso estrondoso, assim como as empresas de “aventura” ou dos novos aventureiros ou esportes radicais. De igual modo, embora noutro plano, desenvolvem-se e suscitam inquietação as chamadas condutas de risco das gerações mais novas (Cotta, 2005, p.4).

Deste modo, chamam atenção as condutas consistentemente perigosas, mas que se tornam populares entre adolescentes e jovens, que:

Dando possibilidade de manifestação das paixões pelo risco, o indivíduo confronta-se fisicamente com o mundo, tenta alcançar marcas, esforça-se por ter nas mãos uma realidade que lhe escapa.

Assim, os desafios que toma a iniciativa de enfrentar servem para testar o valor da própria existência. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que tal se verifica, as nossas sociedades conhecem um clima de segurança objectiva raramente atingido ao longo da História (Cotta, 2005, p.4).

Podemos dizer que a questão da insegurança tem relação estreita com perigo e risco, palavras muitas vezes tomadas como sinónimas.

Le Breton (1995) ensina-nos que os significados de risco confundem-se: estudo dos perigos; inventário das rupturas possíveis; recensão dos problemas; Identificação das vulnerabilidades.

Segundo Cotta (2005), o risco de hoje é antes de tudo uma medição da incerteza, pois representa apenas uma probabilidade com grande margem de erro. Esta situação com certeza contribui para minimizar o medo diante do perigo, já que se trata aparentemente de uma situação sob controlo. É o que podemos observar no comportamento dos jovens diante do abuso de bebidas alcoólicas e outras drogas, das relações sexuais sem protecção, da multiplicidade de parceiros, etc., porém, diferentes culturas, diferentes classes sociais e gerações produzem noções igualmente diferentes sobre o risco:

Os receios não são os mesmos em diferentes culturas, classes sociais ou épocas. O risco é uma noção socialmente construída, eminentemente variável no tempo e no espaço. Num ambiente de incerteza instalado devido à maior visibilidade da crise social e cultural desenvolvida a partir dos anos setenta, o desejo de segurança tomou uma dimensão política considerável (Cotta, 2005, p.5).

Apesar de os receios serem construídos de uma maneira localizada na cultura, na classe social, na época histórica, na cultura, enfim, nos mais diversificados contextos, ainda assim ela conta com mais ou menos padronizados de controlo das ocorrências resultantes de acções consideradas perigosas. Uma dessas vias é o controlo policial por meio de estatísticas e registo de ocorrências:

Entre certas tentativas para medir a insegurança e aquilo que se apreende como sentimento de insegurança, joga-se uma parte delicada que deixa livre curso a incertezas e pode dar lugar a interpretações variadas. Medidas relativamente objectivas de certos aspectos da insegurança são as estatísticas das ocorrências policiais, um certo número dos factos que constituem a base racional do que se chama insegurança: os crimes e delitos contra as pessoas, como homicídios, agressão, maus tratos, estupro; os crimes contra a propriedade, como roubo, furto, arrombamento, receptação, invasão; os crimes ligados à droga, como produção, tráfico, posse e

consumo. A utilização de tais medidas conjugadamente com elementos de carácter demográfico permite, embora sujeito a críticas, construir indicadores do grau de insegurança por áreas geográficas (Cotta, 2005, p.5).

Tais artifícios utilizados não são de maneira alguma infalíveis, pela sua natureza, por um lado e pela natureza do conteúdo subjectivo investido em muitas acções de riscos, e ainda pelo viés provocado pela leitura dos próprios agentes. Em suma, a insegurança é um fenómeno complexo demais e nem sempre se presta a simples análise estatística.

Quanto a medir o sentimento de insegurança, é algo que se apresenta bastante complicado. Relacionados com este estado ou condição revelam-se numerosos fenómenos psicossociológicos, implicando forte subjectividade. Roché, citado por Jean-Luc Mathieu (1995), afirma que o sentimento de insegurança é um processo de leitura do mundo circundante. Apodera-se dos indivíduos como uma síndrome de emoções (medo, raiva, ciúme) cristalizadas acerca do crime e dos seus autores. Como qualquer leitura, o sentimento de insegurança é redutor. Antes de mais nada, ele mostra que não é necessário ter sido o próprio indivíduo vítima, ou ter tomado contacto directo com uma vítima. Em primeiro lugar, é um elemento que tende a provar que não se trata de uma simples leitura da realidade mas de um modo pessoal de interpretação. Em segundo lugar, conclui ser importante na formação do medo aquilo que se chama de incivildades, reunindo nesse termo indelicadezas, gritarias, arruaças, exibicionismos ruidosos, vandalismos, comportamentos desbragados, actividades de bandos de jovens (Cotta, 2005, p.5).

Destarte, os comportamentos considerados perigosos e sobretudo os sujeitos que os levam a cabo, são sempre vistos como ameaça, “geram sentimentos de rejeição, de receio e são interpretadas como reflexos de degradação social (Cotta, 2005, p.5-6)”.

Mannoni (1982) expressa de maneira clara esse pensamento ao sugerir que o medo vive no espírito dos homens e que as suas grandes potencialidades que lhe permitem imaginar e criar coisas e ideias são justamente as responsáveis principais pelos seus terrores e ao mesmo tempo propagandista dos mesmos. Não há dúvidas de que o medo é importante para garantir a sobrevivência do indivíduo, porém, ele representa sempre uma prova desagradável para quem o experimenta.

Entre certas tentativas para medir a insegurança e aquilo que se apreende como sentimento de insegurança, joga-se uma parte delicada que deixa livre curso a incertezas e pode dar lugar a interpretações variadas. Medidas relativamente objectivas de certos aspectos da insegurança são as estatísticas das ocorrências

policiais, um certo número de factos que constituem a base racional do que se chama insegurança: os crimes e delitos contra as pessoas, como homicídios, agressão, maus tratos, estupro; os crimes contra a propriedade, como roubo, furto, arrombamento, receptação, invasão; os crimes ligados à droga, como produção, tráfico, posse e consumo. A utilização de tais medidas conjuntamente com elementos de carácter demográfico permite, embora sujeito a críticas, construir indicadores do grau de insegurança por áreas geográficas.

A insegurança também pode advir de mudanças sociais profundas e rápidas, ocasionando instabilidade e promovendo incertezas. O estado de desequilíbrio daí decorrente pode propiciar processos traumáticos, o que eventualmente gera insegurança.

A insegurança produzida pelos crimes é muito próxima do medo que se tem de situações de desemprego, doença, acidentes, morte, etc; porém, enquanto estas últimas são vistas como fatalidades, os crimes são tidos como agressões ao convencional e que não podem ser aceites, pois violam as normas sociais, culturais, estabelecidas (Cotta, 2005).

A consequência para o prevaricador é a sanção da forma que a lei prescreve, muitas vezes com a limitação da liberdade como a mais comum, tendo ainda hoje como hipótese a possibilidade de reabilitação do criminoso.

Encarando a intolerância ao crime como um dado adquirido, expectativas subsequentes são a repressão severa dos criminosos e a sua recuperação. Quando tais expectativas são frustradas, parece natural o aumento da insegurança. A este segue-se a atribuição de responsabilidades por múltiplos problemas sociais aos criminosos, que actuam impunemente, e aos sistemas de polícia e de justiça, que se revelam ineficazes (Cotta, 2005, p. 6 reportando-se a Ferreira, 1998).

Existem portanto outras formas de violência no meio urbano, que não estão necessariamente no nível daqueles casos representados acima, são o que os autores chamam de delinquência média, ou mesmo menor. Isso porque dizem respeito a desordens quotidianas ou como designa Rochê (1994), referido por Cotta (2005), incivildades, que têm a ver com a recusa em seguir certas normas de conduta tais como os códigos de boas maneiras. Também podemos considerar como ofensas contra a ordem moral, pois são incómodas no sentido em que desrespeitam os rituais relativos às interacções sociais.

Segurança Pública: uma responsabilidade colectiva

Os teóricos consideram que o mundo contemporâneo regista mudanças incrivelmente significativas nas relações entre Estado e sociedade, em razão da mudança dos papéis que eram considerados tradicionalmente como exclusivos do Estado, tais como: desenvolvimento, protecção, redistribuição de recursos e renda, regulação do mercado e das relações públicas, entre outros, para o que podemos cognominar de novos paradigmas.

Tais paradigmas, na maior parte das vezes envolveram ajustes neoliberais e conduziram à ruptura do pacto corporativo do Estado popular desenvolvimentista. Deste modo, a antiga organização estatal que permitia a promoção do desenvolvimento, protecção, redistribuição de recursos e renda, regulação do mercado e das relações públicas, etc. Foi substituída pela austeridade na política salarial, desmonte da política social transformando uma política redistributiva, produtora de justiça social, em política compensatória pontual de atendimento aos mais pobres. Deste modo, sobra ao cidadão incapaz de participar efectivamente do estado, a expressão das suas necessidades por meio de movimentos sociais, de formas alternativas em gestão de bens públicos (redes de solidariedade social) ou até mesmo através de diversas formas de anomia, como a violência e o crime organizado (Passos, 2011).

A introdução do neoliberalismo não foi a única transformação que influenciou os destinos dos Estados modernos, esteve também como elemento preponderante a globalização que possibilitou além da expansão do comércio, também a emergência de novas formas de terrorismo, ou o terrorismo a uma escala internacional, a globalização também criou graves problemas ecológicos e ambientais. As instituições internacionais tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (BM) tendem a diminuir a importância do Estado nacional como um referente para os actores sociais (Cohen, 2003).

Santos (1999) sugere que o Estado tem entre seus fins, justamente a segurança, assim, “os fins do Estado, qualquer que seja a ideologia que o suporte, são tradicionalmente três: “a segurança, a justiça e o bem-estar material e espiritual

(p.11)”. Ou seja, o ente estatal deve velar pela segurança de seus cidadãos. Ela é não somente mais um assunto do Estado, mas um dos assuntos fundamentais.

A insegurança também pode ser produzida em sociedades em que tem a percepção de estar-se a viver em lugares segregados, por exemplo, os moradores de um condomínio podem sentir-se inseguros, sabendo que os seus vizinhos são moradores de um musseque. Deste modo, também tal percepção dos moradores do condomínio é influenciada pela associação muitas vezes feita entre pobreza e criminalidade.

A intemporalidade da segurança pública

A segurança é uma preocupação da humanidade desde tempos imemoriais, portanto, a partir do momento em que os homens passaram a organizar-se em sociedade (em grupos sociais), a segurança tornou-se uma das grandes preocupações das sociedades:

Tanto na Pré-história, como na Antiguidade e ainda na Idade Média, o Homem sempre despendeu muito do seu tempo e das suas capacidades intelectuais e físicas a desenvolver processos que, em cada momento, o salvaguardassem, bem como aos seus bens e à comunidade, quer dos fenómenos naturais (climáticos ou outros), quer de animais, quer ainda, e na maioria das vezes, dos da sua própria espécie. Contudo, ainda agora e talvez mais do que nunca, o homem continua a ter necessidade de se proteger de uma multiplicidade de perigos, ameaças e riscos. Também com essa finalidade, o ser humano fosse agrupando nas mais variadas formas sociais, chegando-se aos dias em que a forma de organização tipo é o estado-nação (Pereira, 2014).

A busca por segurança não diz respeito à modernidade, mas é um fenómeno antigo, porém nas sociedades contemporâneas, sob alçada do Estado em cooperação com instituições privadas com o intuito de garantir a segurança tanto de sujeitos individuais, quanto de colectivos. Porém, ela não é um direito absoluto, não é um fim, mas é principalmente um instrumento que possibilita a concretização dos restantes direitos de determinado Estado-nação (Pereira, 2014).

Criminalidade na Província da Huíla

A situação da criminalidade e da segurança pública no município do Lubango é tratada e avaliada por meio de uma apreciação feita ao nível da Delegação do Ministério do Interior na Huíla, ou seja os dados dos municípios são enviados para

a Direcção provincial e lá processados, produzindo-se dessa forma os respectivos relatórios que nos permitem conhecer a situação de segurança pública.

Para este trabalho, apreciaremos as estatísticas dos anos 2016, 2017 e I Semestre de 2018, elaboradas pela Delegação Provincial do Ministério do Interior da Huíla e apresentadas nos respectivos relatórios de balanço das actividades desenvolvidas.

No relatório referente a 2016 ano os crimes estão distribuídos em seis categorias: homicídio voluntário, ofensas corporais, violação, roubo e furto.

Quanto aos homicídios voluntários, registaram-se 133; ofensas corporais 784; violações 112, incluída violação de menores; roubo 601 e furtos com maior índice: 1370.

O que significa terem sido registados 3958 crimes diversos, sendo 3322 esclarecidos.

Quanto ao ano de 2017, registaram-se no total 3839 crimes diversos, 3103 dos quais esclarecidos. No relatório referente a este ano, os crimes estão distribuídos em: homicídios voluntários (138), violações (114), ofensas corporais (887), roubos (575) e furtos (1192). Observa-se na comparação com os números da estatística do ano anterior houve um pequeno, mas significativo decréscimo de alguns (os roubos e furtos) e um aumento de outros (homicídios voluntários, ofensas corporais e violações).

Em 2018 os números relativos aos crimes só no I semestre eram: homicídios voluntários 35; ofensas corporais 245; violações 26, roubo 213 e furtos 337. Registaram-se deste modo 1066 crimes, tendo sido esclarecidos 792.

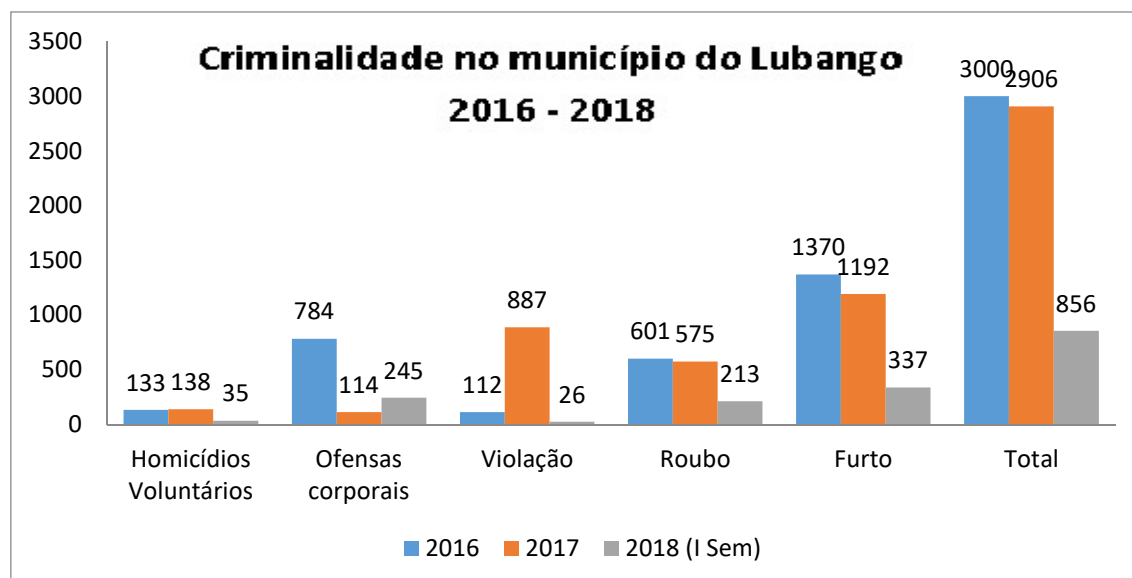


Gráfico da criminalidade no município do Lubango (elaborado pelo autor).

Metodologia

Neste estudo, foi utilizada a abordagem quantitativa, com recurso ao inquérito por questionário. Seu potencial está no uso de diversas estratégias adicionais que permitem investigar o fenómeno em análise respeitando a sua complexidade. Os estudos quantitativos têm por base a componente estatística sendo o inquérito por questionário aplicado a uma amostra populacional, a ferramenta mais utilizada.

Segundo Falcão e Régner (2000) análise de dados quantitativos é um trabalho que permite que a informação possa ser vista por meio de uma massa de dados que garante a observação de um outro ponto de vista. A quantificação abrange técnicas e algoritmos que ajuda o pesquisador a retirar dos seus dados subsídios para responder às perguntas colocadas.

Participantes

Participaram do estudo 30 agentes de segurança pública seleccionados por meio de uma amostra por conveniência no município do Lubango.

Resultados e discussão

Relativamente à distribuição da amostra, considerando os aspectos sociodemográficos, obteve-se o seguinte:

Distribuição quanto ao género: homens 66,7% (N=20), mulheres 33,3% (N=10), sobre as faixas etárias tivemos dos 22-27 anos, 13,3% (N=4), 28-33anos 36,7% (N=11), dos 34-39 anos 10% (N=3) na da faixa dos 40-45anos e 46 ou mais 13,3% (N=4) para os dois casos.

O nível de escolaridade mais alto foi de sujeitos com ensino superior concluído, correspondendo a 53,3% (N=16), seguido do ensino médio 40% (N=12) e ensino fundamental e mestrado com a mesma distribuição de 3,3% (N=1).

Na distribuição por categoria, encontramos os seguintes resultados: Agentes 50% (N=15), Sub-chefes 13,3% (N=4), Oficiais subalternos 26,7% (N=8), Oficiais superiores 3,3% (N=1), trabalhadores civis 6,7% (N=2). Entre estes, 60% (N=18) possui formação especializada, enquanto que os restantes 40% (N=12), não possuem e a maioria deles encontra-se em início de carreira, sendo que 50% (N=15) possui entre 7-13 anos de serviço e 26% (N=8) possui entre 1-6 anos de serviço. Os agentes com mais de 20 anos de serviço, correspondem à 36% (N=5).

Os dados estão agrupados de acordos com as questões consideradas relevantes para os propósitos deste texto, em 12 questões, que centram-se na percepção dos agentes, bem como nas suas respectivas respostas, já tratadas estatisticamente, como se vê a seguir:

Questão nº: 1: *Os espaços urbanizados apresentam menor incidência de criminalidade*

Resposta	Frequência	Porcentagem
Disc.Totalmente	3	10%
Discordo	6	20%
Não Concordo Nem Discordo	3	10%
De acordo	15	50%
Totalmente de acordo	3	10%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender a percepção dos agentes quanto ao facto de que os índices de criminalidade tendem a ser menores em espaços melhor estruturados urbanisticamente. Como se pode observar na tabela, 50% dos agentes concorda que a violência é menor nos espaços urbanizados, enquanto 20% discorda. Isso pode indicar que os agentes acham que pelo facto de um bairro urbanizado ter melhor estrutura organizativa, ajuda a prevenir crimes, por exemplo a iluminação permite que se tenha maior visibilidade, há facilidade de acesso da polícia, etc.

Questão nº: 2: *Os espaços periurbanos apresentam maior incidência de criminalidade*

Resposta	Frequência	Porcentagem
Disc.Totalmente	2	7%
Discordo	4	13%
Não Concordo Nem Discordo	1	3%
De acordo	18	60%
Totalmente de acordo	5	17%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se perceber justamente o inverso da pergunta anterior. Ou seja, se existia a percepção por parte dos agentes de que a criminalidade tendia a aumentar nos espaços com uma organização urbanística mais deficitária.

Destacamos nesta tabela que 60% dos agentes concorda que *os espaços periurbanos apresentam maior incidência de criminalidades*, enquanto 13% discorda. Isso significa que a maioria dos agentes acredita que quanto menos organizada a estrutura de uma determinada comunidade, mais difícil é ter sob controle a criminalidade.

Questão nº: 3: *Os bairros onde vivem populações mais desfavorecidas possuem maior incidência de criminalidade*

Resposta	Frequência	Porcentagem
Disc.Totalmente	6	20%
Discordo	8	26%
Não Concordo Nem Discordo	2	7%
De acordo	12	40%
Totalmente de acordo	2	7%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender a percepção dos agentes quanto ao facto de que nos bairros onde vivem populações mais desfavorecidas tende a haver maiores índices de criminalidade. Como se pode observar, 40% dos agentes concorda que os bairros onde *vivem populações mais desfavorecidas possuem maior incidência de criminalidade*, enquanto 26% discorda. Isso significa que a maioria dos agentes acredita que quanto mais desfavoridas forem as populações de um determinado bairro, *maior incidência de crimes*. Isso significa que os agentes de segurança associam criminalidade à pobreza. Essa associação apesar de ser preconceituosa e discriminatória é comum também entre populares, fazendo parecer que populações pobres são maioritariamente criminosos. A consequência desse pensamento é uma acção repressiva mais forte, da parte da polícia sobre os

mais pobres. Ou seja, quanto menos pobres menos desconfiança gera nos agentes da polícia.

Questão nº 4: A falta de iluminação em algumas zonas da cidade aumenta a incidência de criminalidade

Resposta	Frequência	Percentagem
Disc.Totalmente	0	0%
Discordo	1	3%
Não Concordo Nem Discordo	1	3%
De acordo	15	50%
Totalmente de acordo	13	44%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender a percepção dos agentes quanto ao facto de que um bairro pouco iluminado pode contribuir para o aumento da criminalidade. Como se pode observar, obteve-se um percentual altamente significativo de agentes que concordam (50%) e de agentes que concordam totalmete. Tal percepção pode ser alimentada pela experiência dos agentes que fazem a ronda pela cidade no periodo nocturno.

Questão nº 5: Não tem havido cooperação entre a polícia e a população

Resposta	Frequência	Percentagem
Disc.Totalmente	3	10%
Discordo	11	37%
Não Concordo Nem Discordo	4	13%
De acordo	11	37%
Totalmente de acordo	1	3%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se tem havido cooperação entre polícia e a população. Como se pode observar, 37% dos agentes concorda que *não tem havido cooperação entre a polícia e a população*, enquanto outros 37% discorda. Isto quer dizer que as opiniões dos agentes não são unânimes, há aqueles que consideram haver cooperação e outros que acham o contrário.

Questão nº 6: A população tem cooperado bastante com a polícia para lidar com a criminalidade

Resposta	Frequência	Percentagem
Disc.Totalmente	0	0%
Discordo	13	44%
Não Concordo Nem Discordo	3	10%
De acordo	13	43%
Totalmente de acordo	1	3%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se tem havido cooperação entre a polícia e a população para lidar com a criminalidade. Como se pode observar, 44% discorda, enquanto 43% dos agentes concorda. Também aqui encontramos um equilíbrio de opiniões, isso pode significar que em muitos casos em que se requer a colaboração da população, ela responde positivamente, não deixando de haver aquelas situações nas quais a cooperação é mais difícil. A nossa hipótese é que a última situação ocorre quando o cidadão se sente lesado e a primeira quando o cidadão sente a possibilidade de ser beneficiado directa ou indirectamente.

Questão nº 7: *Existe pouco policiamento de proximidade nos bairros*

Resposta	Frequência	Porcentagem
Disc.Totalmente	1	3%
Discordo	8	27%
Não Concordo Nem Discordo	0	0%
De acordo	19	63%
Totalmente de acordo	2	7%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se tem havido policiamento de proximidade nos bairros. Como se pode observar, 63% dos agentes sustenta a inexistência deste tipo de policiamento. Apenas 27% é de opinião de que existe este policiamento.

Questão nº 8: *Tem havido uma tentativa de aproximação da população por parte da polícia*

Resposta	Frequência	Porcentagem
Disc.Totalmente	1	3%
Discordo	5	17%
Não Concordo Nem Discordo	3	10%
De acordo	18	60%
Totalmente de acordo	3	10%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender o nível de proximidade entre a polícia e a população. *Nota-se que 60% dos inquiridos é de opinião de que há tentativa de proximidade da população. Apenas 17% é de opinião contrária. Podemos supor que tal esforço tem sido feito no sentido de melhorar e facilitar o trabalho de segurança pública feito pelos agentes da polícia.*

Questão nº 9: *O modelo de policiamento no município do Lubango tem tido resultados satisfatórios*

Resposta	Frequência	Porcentagem
Disc.Totalmente	1	3%
Discordo	14	47%

Não Concordo Nem Discordo	0	0%
De acordo	10	33%
Totalmente de acordo	5	17%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se o modelo de policiamento no município do Lubango tem tido resultados satisfatórios. Como se pode observar, 47% dos agentes discorda que o *modelo de policiamento no município do Lubango tem tido resultados satisfatórios*, enquanto 33% concorda. Isso significa que a maioria dos agentes ainda acha fraco e deficiente o modelo de funcionamento adoptado pela polícia no Lubango.

Questão nº: 10: *A polícia precisa de mudar a sua forma de actuação*

Resposta	Frequência	Percentagem
Disc.Totalmente	0	0%
Discordo	2	7%
Não Concordo Nem Discordo	2	7%
De acordo	18	60%
Totalmente de acordo	8	26%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se a polícia precisa de mudar a sua forma de actuação. Como se pode observar, 60% dos agentes concorda que a *polícia precisa de mudar a sua forma de actuação*, enquanto 7% discorda. As respostas a esta questão são concordantes com as opiniões expressas a respeito da questão anterior, reforçando a ideia de que o funcionamento ainda é falho.

Questão nº: 11: *O modelo de gestão utilizado pela polícia tem produzido resultados positivos*

Resposta	Frequência	Percentagem
Disc.Totalmente	1	3%
Discordo	8	27%
Não Concordo Nem Discordo	7	24%
De acordo	10	33%
Totalmente de acordo	4	13%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se o *modelo de gestão utilizado pela polícia tem produzido resultados positivos*. Como se pode observar, 33% dos agentes concorda que *o modelo de gestão utilizado pela polícia tem produzido resultados positivos*, enquanto 27% discorda. Não podemos desconsiderar os 27% discordantes, pois também ajudam a reflectir a necessidade de modernização da polícia.

Questão nº: 12: *Sinto que o município do Lubango oferece segurança à sua população*

Resposta	Frequência	Percentagem
Disc.Totalmente	1	3%

Discordo	12	40%
Não Concordo Nem Discordo	3	10%
De acordo	9	30%
Totalmente de acordo	5	17%
Total	30	100%

Nesta questão, desejava-se compreender dos agentes se o *município do Lubango oferece segurança à sua população*. Como se pode observar, 40% dos agentes acha que não há segurança no *Lubango*. *Reforçando o que já havia sido sobre o funcionamento deficiente da polícia*.

Conclusões

Para os agentes de segurança pública é possível reduzir a criminalidade melhorando a estrutura urbanística das cidades. Também podemos assinalar que esta percepção é reforçada por outra, que é a de que na periferia há maior índice de criminalidade. Deste modo os dados obtidos sustentam a ideia de que quanto melhor organizada uma cidade menor a incidência de criminalidade, ou seja numa cidade organizada urbanisticamente os acessos ficam facilitados, por exemplo ruas mais largas, com estruturas melhor conservadas por facilitarem o trabalho da polícia também inibem a criminalidade. O casco urbano e urbanizado do Lubango ocupa apenas a faixa central da cidade sendo que o resto (bairros periféricos e periurbanos) são de difícil acesso com ruas minúsculas, becos escuros e que inclusive colocam em risco a vida dos agentes.

Para os agentes, quanto mais desfavoridas forem as populações de um determinado bairro maior a incidência de crimes. Os agentes de segurança associam a criminalidade à pobreza. Essa associação preconceituosa e discriminatória é comum também entre populares mais abastados, fazendo parecer que os pobres são maioritariamente criminosos.

A discriminação baseada na condição social é corroborada por pesquisas internacionais como exemplo o trabalho do cientista Luis Carlos Rocha (2004), que sustenta que nos sistemas prisionais modernos, os presos têm em comum a situação de pobreza, contudo, não é o pobre que escolhe o crime mas é a própria acção policial que seleciona os pobres como clientela de preferência. Provou-se deste modo pela opinião dos próprios agentes, que o mecanismo pelo qual se sustenta esta preferência pelos pobres; tal mecanismo é o preconceito.

Ficou também patente que os policiais consideram importante aprimorar o modo de funcionamento da corporação. Tal necessidade é sustentada pela percepção dos próprios agentes de uma certa ineficácia nos modelos de actuação e gestão da polícia.

Referências bibliográficas

- Chauí, M. S. (2007). O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Revista de cultura e política*, V. 71, p. 173-228.
- Cohen, J. (2003). Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. Rio de Janeiro: Dados - *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 46, n.o 3.
- Cotta, F. A. (2005). A crise da modernidade e a insegurança social. *Revista humanidades*. V. 7 N. 14, fev/Mar.
- Falcão, J. T. Da R. & Régnier, Jean-Claude. (2000) *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio/ago.
- Foucault, Michel. (2002). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 26. ed. Petrópolis: Vozes.
- Furtado, C. (1997). *Democracia viva*, ano 1, n.1.
- Gabinete de estudo e de informação e análise do Ministério do Interior-Huíla. (2018). *Relatório da segurança pública no município do Lubango*.
- Giddens, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Giorgi, R. de. (1994). *O risco na sociedade contemporânea*. Sequência nº 28, junho/94, pag. 45
- Le Breton, D. (1995). *La sociologie du risque*. Paris: PUF, 1995.
- Mannoni, Pierre.(1982). *La peur*. Paris: PUF.
- Pain, R. D. S. (2007). A centralização política e sua influência no desenvolvimento da sociedade civil angolana. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 10, n. 2, p. 253-265, jan.
- Passos, G. Da R. (2011). “Segurança pública não é só polícia!” - *segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju*. Tese de Doutorado em ciências sociais. Universidade Federal da Bahia.
- Pereira, D. M. B. (2014). *A (in) segurança privada em Portugal. De complemento da segurança pública a alvo da segurança interna: inovações, alterações e o controle no novo regime jurídico*. Dissertação de mestrado. Faculdade de direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Pessoa, M. (1971) *O Direito da Segurança Nacional*. São Paulo: Biblioteca do Exército.
- Rocha, (2004). *O perigo dos Pobres*. In: Justo, J. S.; França, S. & Rebelo, H. (2004). *Estratégias de Controle social: Errancia, criminalizacao e gestão de risco*. São Paulo: Arte & Ciencia.

Soares, L. E. (2003). *Novas políticas de Segurança pública*. Estudos Avançados 17 (47).

*Recebido em 19 de Março de 2022
Aceite em 02 de Junho de 2022*



Este artigo está licenciado sob a licença: Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Olhar Científico.